

Luiz Alberto Bastos (2º à dir.), representante da petrolífera, diz que danos poderiam ser muito maiores



Gerardo Magela/Senado Federal

Ibama estuda novas multas por vazamento da Chevron 3

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.572 – Brasília, quarta-feira, 30 de novembro de 2011



Jane Araújo/Senado Federal



Luiz Alves/Senado Federal

Senadores entregam a Sarney (C) pareceres das quatro comissões que analisaram o projeto de novo Código Florestal, que teve o regime de urgência contestado pelo PSOL do senador Randolfe Rodrigues (D)

Reforma do Código Florestal pode ter a votação adiada

Questão regimental levantada pelo senador Randolfe Rodrigues, do PSOL, impediu que fosse lido ontem, em Plenário, o requerimento de urgência para análise do projeto. Com isso, votação que a maioria dos líderes previa para hoje pode acabar ocorrendo na sexta-feira

O PSOL conseguiu adiar a votação do novo Código Florestal, que estava prevista para hoje ou amanhã. Citan-

do o Regimento Interno, Randolfe Rodrigues interrompeu a leitura do requerimento de urgência e atrasou o processo. Ontem, fo-

ram entregues ao presidente do Senado, José Sarney, os pareceres aprovados pelas quatro comissões temáticas. Sarney também recebeu

da ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, documento com 1,5 milhão de assinaturas contra o projeto. **3**



Lin de Paula/Senado Federal

Ana Amélia e Casildo Maldaner: autora e relator buscam beneficiar produtor

Cooperativa de crédito rural poderá operar com FAT 7

Após decisão do STF sobre Ficha Limpa, Capiberibe toma posse no Senado 2

Dinheiro de loteria deve reforçar fundo para calamidades 8

Governo quer fechar até dia 6 acordo para votar Emenda 29 e DRU 5

Debatedores condenam fator previdenciário 6



Gerardo Magela/Senado Federal

Representantes de trabalhadores e aposentados em subcomissão presidida por Paulo Paim (3º à esq.)

Após reunião da Mesa, 1º secretário, Cícero Lucena, afirmou que a quebra de sigilo de e-mail de funcionários só será feita em caso de autorização da Justiça, ao contrário de denúncias na imprensa

Cícero: não há quebra de sigilo sem ordem judicial

O 1º SECRETÁRIO do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), afirmou ontem, após reunião da Mesa, que a quebra de sigilo de correio eletrônico de funcionários da Casa será feita apenas com autorização da Justiça.

— Quando houver uma denúncia de práticas de pedofilia ou pornografia [por exemplo], nós abriremos um inquérito administrativo na Casa. Havendo indícios de que a denúncia seja verdade, iremos solicitar à Justiça autorização para essa quebra. Só haverá quebra se a Justiça assim determinar — assinalou.

De acordo com notícias veiculadas pela imprensa, ato da Primeira-Secretaria do Senado teria aberto brecha para a Polícia Legislativa acessar



Cícero: Mesa também vai regulamentar passaporte diplomático para senadores

informações trocadas por usuários da internet da Casa sem precisar de ordem judicial.

O 1º secretário também adiantou que vai apresentar à Mesa ato regulamentando o pedido de passaportes diplomáticos feitos pelos senadores. De acordo com Cícero, cada parlamentar poderá solicitar passaportes apenas para seu

cônjuge e seus filhos menores de idade.

Segundo o parlamentar, se aprovado o ato, terceiros que receberam passaportes pedidos por senadores terão que devolver o documento.

— O senador não vai poder pedir para terceiros. Ele terá que devolver a partir do novo ato — disse.

João Capiberibe toma posse no Senado

O ex-governador do Amapá João Capiberibe (PSB) tomou posse ontem como senador. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Senado, José Sarney.

Ele foi o segundo senador mais votado no Amapá em 2010, mas acabou sendo barrado pela Lei da Ficha Limpa — por ter perdido, em 2004, o mandato no Senado sob a acusação de compra de votos na eleição de 2002.

Capiberibe agora assume a vaga porque o Supremo Tribunal Federal entendeu que a Ficha Limpa não pode ser aplicada à eleição daquele ano.

Com a posse de Capiberibe, perde a vaga Gilvam Borges, que estava em licença médica e vinha sendo substituído por seu primeiro suplente e irmão, Geovani Borges.

A nomeação de João Capiberibe implica mudanças nas bancadas parlamentares. O PSB passa a ter quatro representantes no Senado. O PMDB perde um.

Capiberibe é o segundo candidato eleito em 2010 para o

Senado a ser beneficiado pela decisão do Supremo de considerar a Lei da Ficha Limpa inaplicável à eleição daquele ano. O primeiro foi Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que assumiu no início do mês.

No discurso de posse, Capiberibe disse que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou seu mandato “tendo como única prova” dois depoimentos que o acusavam. Ele disse que essa “história rocambolesca” custou a ele e a sua mulher, Janete Capiberibe, que era deputada federal, seus mandatos.

— Há seis anos, desta tribuna, eu me dirigi a um Plenário atônito, atropelado pelos fatos. Estava sendo expurgado do mandato de senador por decisão do TSE. Lembro que a tensão e o odor de conspiração dominavam o ambiente. Hoje o clima é outro — disse.

O senador afirmou que ontem chegou ao fim seu “segundo exílio político”. Lembrou da perseguição sofrida durante a ditadura militar. Na época, ele se exilou no Chile.

Capiberibe prometeu traba-

lhar por seu estado e pelo país:

— É notório que existem diferenças com meu colega de bancada, senador José Sarney [PMDB-AP]. Mas devo admitir que, para atender às demandas do povo que nos elegeu, isso não será um obstáculo. Vamos juntos definir um plano de ação da bancada e agir de forma articulada junto à presidente Dilma e ao governo.

Capiberibe lembrou que é de sua autoria o projeto que deu origem à Lei da Transparência, que tornou obrigatória a exposição das receitas e despesas dos entes públicos na internet. Avisou que nos próximos dias apresentará projeto para que os consumidores sejam obrigatoriamente informados dos impostos que incidem sobre produtos e serviços.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Marinor Brito (PSOL-PA), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Lídice da Mata (PSB-BA) e Humberto Costa (PT-PE) falaram da importância do retorno do colega ao Senado.

Plenário aprova novo embaixador para atuar na Coreia do Norte

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Roberto Colin para o cargo de embaixador junto à República Popular Democrática da Coreia.

Colin tem a intenção de aproximar as Coreias do Sul e do Norte, separadas desde 1948. Durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE) na última quinta-feira, ele se mostrou favorável à realização de jogos de futebol da Seleção Brasilei-

ra, muito popular na região, contra equipes formadas por jogadores das duas Coreias, sugestão apresentada por Eduardo Suplicy (PT-SP).

— Pretendo me empenhar nesse projeto do jogo de futebol. Quando falamos do esporte como meio de aproximar países, é sempre bom lembrar a diplomacia do pingue-pongue, que ajudou a promover o diálogo entre os Estados Unidos e a China — comparou o embaixador.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Emenda 29

14h Na pauta da sessão deliberativa, substitutivo da Câmara a projeto (PLS 121/07) que trata da regulamentação da Emenda 29.

Presidência Medalha da Câmara 2011

11h José Sarney recebe o presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Araujo; às 11h30, a secretária da Identidade e da Diversidade Cultural, Cláudia Leitão; às 12h, o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli. Às 15h, é agraciado com a medalha Mérito Legislativo da Câmara 2011; às 17h, encontra o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski.

Drogas Relatório final de subcomissão

9h Leitura e discussão do relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros. Em seguida, a Comissão de Assuntos Sociais vota, entre outros, projeto que cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo. Depois, analisa a indicação de André de Melo para diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

CCT/CI Miguel Nicolelis

10h Audiência pública nas comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia para debater o trabalho coordenado pelo neurocientista Miguel Nicolelis sobre o uso democrático da ciência.

CCJ Rigor contra crime hediondo

10h Exame do projeto que estabelece que o condenado por crime hediondo ou por pedofilia cumpra três quintos da pena para obter progressão de regime. Está ainda prevista a leitura do relatório sobre a indicação de Rosa Weber para o STF.

Missa Aniversário da Seep

10h Missa em comemoração ao 48º aniversário da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, na Gráfica do Senado.

CMO Orçamento para 2012

14h Os líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento se reúnem com os relatores setoriais do Orçamento para 2012.

Mercosul Reunião do Parlasul

14h30 Reunião de coordenação da 28ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul, a ser realizada em Montevideu.

Livro Feira de São Cristóvão

18h Lançamento do livro *Contos e cantos da Feira de São Cristóvão*, de Gilberto Teixeira. O evento ocorre na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Capiberibe (C) discursa em sua posse no Senado: ex-governador do Amapá foi segundo candidato mais votado em 2010

Ibama estuda a aplicação de mais multas à Chevron

O presidente do Ibama, Curt Trennepohl, afirmou que a instituição deve aplicar nova multa de R\$ 50 milhões à Chevron, caso seja comprovado que a empresa não executou adequadamente plano emergencial para conter o vazamento de óleo no Campo de Frade, na Bacia de Campos.

Trennepohl foi um dos convidados do debate promovido pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) para ouvir a Chevron sobre o vazamento de cerca de 400 mil litros de petróleo no mar.

— Até agora a companhia americana foi multada em R\$ 50 milhões, com base na Lei do Petróleo, o valor máximo que podemos aplicar. Mas temos um grupo de trabalho analisando a hipótese de impor outra penalidade, também de R\$ 50 milhões, amparada pela legislação ambiental.

Ainda assim, os valores das autuações foram considerados baixíssimos por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Sérgio Souza (PMDB-PR), Marcelo Crivella (PRB-RJ), pelo representante da Agência Nacional do Petróleo (ANP)

e até mesmo pelo presidente do Ibama.

— No vazamento no Golfo do México, em 2010, por exemplo, a BP [British Petroleum] foi multada em US\$ 75 milhões, porém gastou cerca de US\$ 20 bilhões na recuperação ambiental — comparou o assessor da diretoria da ANP, Silvio Jablonski.

Para o subprocurador-geral da República Mario José Gisi, os R\$ 50 milhões pagos até agora pela Chevron são “ridículos”. O valor não deveria ser fixo, mas um percentual de acordo com o faturamento da empresa, disse.

O representante da Chevron, Luiz Alberto Bastos, negou que tenha havido negligência da empresa. Afirmou que o acidente foi uma surpresa, pois as avaliações prévias foram feitas dentro de parâmetros conservadores em relação aos riscos da exploração.

— Agimos rapidamente e conseguimos matar a fonte em quatro dias, o que é um resultado excelente. Trabalhamos de forma adequada e não houve descontrole da situação, tanto que as consequências poderiam ter sido muito piores.



Senadores Sérgio Souza (E) e Rodrigo Rollemberg, Mario Gisi e Luiz Bastos

Governo fluminense anuncia medidas contra a multinacional

O secretário do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc, anunciou quinta-feira, na assembleia legislativa do Rio, a disposição do governo estadual de notificar a Chevron para que a petrolífera banque

auditoria independente, de padrão internacional, em suas instalações em terra e no mar. A auditoria vai custar cerca de US\$ 5 milhões e terá como foco planos de contingência e de emergência obrigatórios, segundo Minc.

Votação do novo Código Florestal deve ser adiada

Acordo de lideranças partidárias em torno da leitura do requerimento para que proposta tramite em regime de urgência não teve apoio do PSOL, que questionou a votação acelerada em Plenário

QUESTÃO REGIMENTAL LEVANTADA por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) na sessão de ontem deve levar ao adiamento por pelo menos um dia da votação do projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11). Em reunião realizada pela manhã, a maioria dos líderes partidários havia acertado para hoje a análise do substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC).

A votação do novo código dependia, no entanto, da leitura e votação ainda ontem de requerimento de urgência apresentado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Marta Suplicy (PT-SP), que presidia a sessão, chegou a iniciar a leitura do requerimento, mas foi interrompida por questão de ordem de Randolfe Rodrigues.

Citando o Regimento Interno, o senador argumentou que não foram publicados avulsos do texto, exigência para a votação do requerimento. Também disse que a leitura deve ocorrer



Senadores cumprimentam Jorge Viana e Luiz Henrique no encontro com Sarney

na primeira parte da sessão (período do expediente), e não durante a ordem do dia (período de votações).

De acordo com Randolfe, ainda que se considerasse lido o requerimento ontem, o projeto estaria apto a ser votado apenas amanhã; se for lido hoje, a votação só poderá ocorrer sexta-feira.

Pela manhã, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse acreditar em uma votação rápida, apesar de o acordo se limitar à urgência, e não ao mérito.

— Ainda existem pontos pendentes, destaques, mas há consenso sobre a maior parte do texto — avaliou.

Marinor Brito (PSOL-PA) manifestou-se na reunião de líderes contra o acordo para votação em regime de urgência.

— Hoje já temos a melhor legislação ambiental do mundo — afirmou.

Se aprovado em Plenário, o projeto retorna à Câmara para que os deputados se pronunciem sobre as mudanças feitas pelos senadores.

Relatores do projeto entregam pareceres ao presidente do Senado

Em ato simbólico, os relatores do Código Florestal, Luiz Henrique e Jorge Viana, entregaram ao presidente do Senado, José Sarney, os pareceres aprovados pelas quatro comissões temáticas que examinaram a proposta.

Viana, relator na CMA, afirmou que a proposta é fruto de diálogo intenso e destacou o apoio dado por Sarney, que, segundo ele, foi fundamental para o amplo debate.

— Essa matéria é suprapartidária. Não é a proposta dos meus sonhos, mas é boa para o Brasil — disse Viana.

Luiz Henrique, relator nas outras comissões, destacou que o projeto é resultado de diálogo com a sociedade civil e com o governo.

— Realizamos dezenas de audiências no Senado e em todo o Brasil. Ouvimos também o governo e recolhemos o pensamento médio dos brasileiros — destacou.

Sarney também afirmou que o projeto pode não ser o ideal, mas é o “possível”.

— Acho que é um trabalho excepcional desta Casa. A política é a arte do possível e esse projeto é justamente a capacidade de harmonizar os conflitos — afirmou.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, destacou o entendimento e se disse orgulhoso pelo resultado.

Já Marinor Brito (PSOL-PA) disse que o texto, apesar de ser um avanço, mantém a anistia a quem desmatou.

Marina Silva leva abaixo-assinado a Sarney

A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, documento com 1,5 milhão de assinaturas contra o projeto do novo Código Florestal.

— Esperamos que os 81 senadores possam se alinhar com os 80% dos brasileiros que não querem o retrocesso — disse.

Marina esteve no Senado acompanhada de representantes do Comitê Brasil em Defesa das Florestas, que reúne entidades como OAB, Greenpeace, WWF e CNBB. Mais cedo, o grupo havia feito protesto na Esplanada.

Debate ressalta união contra o desmatamento da Amazônia

Audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira ressaltou o esforço dos países que integram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para conter o desmatamento. Ana Amélia (PP-RS) presidiu a audiência

Alejandro Gordillo, secretário-geral da OTCA, afirmou que a retirada ilegal de

madeira é problema comum aos oito países que integram a organização: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Frente às dificuldades de monitoramento da vasta região de floresta, Clemente Barena Soares, do Ministério das Relações Exteriores, informou que está em estudo proposta de direcionar 20% dos recursos do Fundo Amazônico para a

atividade. O fundo, gerido pelo BNDES, é alimentado por doações de países europeus e visa à preservação da Amazônia.

João Luiz Pereira Pinto, também do Ministério das Relações Exteriores, falou sobre o trabalho feito pelo Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, órgão executivo do sistema que integra Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.



Ana Amélia conduziu os debates na Subcomissão Permanente da Amazônia

Evangélicos pedem rejeição de projeto que criminaliza homofobia

Paulo Paim (PT-RS) defendeu que se vote na semana que vem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o projeto que transforma a homofobia em crime (PLC 122/06).

O senador anunciou a intenção na audiência pública de ontem em que se discutiu o tema. O debate foi marcado pela ausência de parte dos convidados. A relatora do projeto é Marta Suplicy (PT-SP), que não participou do debate.

O PLC 122/06 amplia a abrangência da lei de 1989 que trata da discriminação por raça, religião e origem. O projeto esteve na pauta da Comissão de Direitos Humanos em maio, mas, ante a falta de entendimento, não avançou.

Participaram da audiência os pastores Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e Wilton Acosta, presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política.

Também foram convidados o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Raymundo Damasceno Assis, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, que não compareceram.

Acosta afirmou que o projeto pretende criminalizar a fé das pessoas e a liberdade religiosa.

Malafaia lamentou a ausência dos demais convidados, do movimento *gay* e de Marta:

— Não precisamos da ajuda dela [Marta] para ter liberdade religiosa e de expressão.

Ah, que pena que ela não está aqui. Gosto de falar na cara, não mando recado.

Marta disse que, na hora da audiência, presidia a sessão plenária.

— Estudo esse tema há mais de 20 anos e sabia que seria difícil [surgir] um argumento novo, como efetivamente não surgiu — disse a senadora.

Malafaia repudiou a equiparação dos *gays* aos negros como grupo discriminado. Segundo ele, a “homossexualidade é uma escolha”.

— Há diferença entre criticar comportamento e discriminar pessoas. Eles querem liberdade, mas não querem respeitar o direito dos outros. É o grupo mais intolerante da pós-modernidade.



Pastor Silas Malafaia (E), senador Paulo Paim e pastor Wilton Acosta debatem texto que transforma homofobia em crime

Segundo Malta, texto cria “casta especial”

Magno Malta (PR-ES), um dos autores do requerimento para a realização da audiência sobre o projeto que criminaliza a homofobia, disse que, como a proposta é complexa, o debate deve incluir todos os segmentos da sociedade. Ele acusou Marta Suplicy de tentar esvaziar o debate.

Malta disse que o debate poderia ter sido “sepultado” no ano passado, pois havia

maioria para isso, mas pediu que a matéria não fosse votada antes que todas as partes pudessem ser ouvidas.

— Toda discriminação é criminosa, está na Constituição. Não há necessidade de criar uma casta especial. Se querem uma lei de qualquer jeito, vamos fazer uma que fale de intolerância — afirmou.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou que os defensores

do projeto não tenham comparecido à audiência. Ele afirmou que o discurso dos evangélicos não tem ódio.

Sérgio Petecão (PSD-AC), por sua vez, manifestou preocupação com o rumo — de confronto — que o debate está seguindo.

— Devemos votar o mais rápido possível. Seja lá qual for o resultado, vamos ter que respeitá-lo.

Wellington Dias cita ações contra drogas

Wellington Dias (PT-PI), presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, relatou ontem informações coletadas em missão oficial à Suécia, Holanda, Reino Unido e Portugal com o objetivo de conhecer suas políticas públicas para usuários de drogas. Ele destacou a descriminalização do usuário e os bons resultados dos esforços de prevenção, mas ressaltou que a legislação vem se transformando para conter possíveis abusos.

Segundo o parlamentar,



Senador apresenta experiências da Europa na prevenção à dependência

Portugal é o modelo mais digno de atenção pelo Brasil: as regras são praticamente as mesmas, mas implementadas

11 anos antes. Portugal apresenta um cadastro que abrange cerca de 90% dos dependentes de álcool e drogas ilícitas, todos cobertos pela rede de atendimento. Em uma década, o índice de dependência caiu 30%.

Wellington propôs reunião conjunta com a Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas da Câmara dos Deputados, que também fará relatório sobre a missão, para juntar experiências. Ana Amélia (PP-RS) apoiou a proposta, classificando a droga como doença de alcance mundial.

Crivella destaca novo centro médico no Rio de Janeiro

A cerimônia de inauguração das novas instalações do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia



Genildo Magalhães/Senado Federal

Jamil Haddad (Int) no Rio de Janeiro foi destacada pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que registrou a presença da presidente da República, Dilma Rousseff, no evento. O Into, instalado no antigo prédio do *Jornal do Brasil*, será uma espécie de “templo” dos ortopedistas do estado, pois, em meio à violência, os médicos dos hospitais públicos desenvolveram grande *expertise* no tratamento de vítimas de tiroteios e acidentados.

Ângela Portela anuncia novo programa de saúde

Ângela Portela (PT-RR) informou o lançamento, pelo Ministério da Saúde, do Programa Saúde Mais



Genildo Magalhães/Senado Federal

Perto de Você, conjunto de ações para ampliar e qualificar a atenção básica à saúde. O evento contou com a presença de mais de 3 mil prefeitos, que estiveram ontem no Congresso para assinar, com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, termo de compromisso a ser cumprido pelo programa nos municípios. Segundo a senadora, o ministério pretende aumentar os atuais 880 núcleos do Saúde da Família para 4.524 até 2014.

Paulo Bauer propõe redução nos tributos sobre remédios

Paulo Bauer (PSDB-SC) anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) para reduzir a carga tributária incidente sobre medicamentos no país.



Genildo Magalhães/Senado Federal

Em países como Reino Unido, Canadá, Suécia, Estados Unidos, além de México e Venezuela, o tributo sobre medicamentos de uso humano é zero. França, Suíça, Espanha, Portugal, Japão, Bélgica, Holanda, Finlândia, Turquia e Itália aplicam, no máximo, 10%. No Brasil, a média é de 33,9% para medicamentos da indústria farmacêutica convencional e de genéricos, comparou.

Governo vai buscar alternativa a projeto q

Dornelles sugere re

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu a redução da taxa básica de juros, a Selic, que será definida hoje pelo Conselho de Política Monetária (Copom). Atualmente, a taxa é de 11,5% ao ano.

O senador comentou que o superávit primário de R\$ 118 bilhões no acumulado de janeiro a outubro foi formado em sua maior parte pelo sacrifício de investimentos e ainda assim foi insuficiente para pagar as despesas com juros, de cerca de R\$ 198 bilhões no mesmo período.

Dorneles avaliou que a Selic, nos níveis em que se encontra, produz distorções graves, perceptíveis quando se analisa a dívida líquida do setor público que,



Juros altos produzem distorções, diz



Genildo Magalhães/Senado Federal

Vanessa Grazziotin destaca fortalecimento do Brasil diante da crise econômica mundial

Grazziotin ressalta boa posição do Brasil diante da crise econômica

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) relatou que os economistas participantes do seminário A Crise no Capitalismo e o Desenvolvimento do Brasil, realizado no Rio de Janeiro na última segunda-feira, concluíram que o Brasil sai fortalecido da crise econômica atual. O seminário foi promovido por quatro fundações partidárias: João Mangabeira (PSB), Perseu Abramo (PT), Leonel Brizola (PDT) e Maurício Grabois (PCdoB). Segundo ela, a posição do Brasil se deve a medidas adotadas por Lula e às novas ações da presidente Dilma Rousseff, como a pequena dependência externa, o incentivo ao mercado interno e a diminuição da taxa de juros (Selic). “Eles foram unânimes em apontar as vantagens da política adotada. Se fosse há 12 anos atrás, poderíamos viver consequências muito mais graves”, disse.

Proposta acaba co

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) defendeu ontem aprovação de proposta que acaba com a “guerra dos portos”. De Romero Jucá (PMDB-RR), o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10 passou pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda parecer do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Também conhecida como guerra fiscal das importações, a prática consiste em incentivos oferecidos pelos estados a empresas especializadas em adquirir



Marta Suplicy defende aprovação do

que define percentuais mínimos de investimento do Estado no setor. Ideia é fechar acordo com os opositores e, assim, poder votar a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União

Redução da taxa Selic



Genildo Magalhães/Senado Federal

de acordo com o Banco Central, atingiu R\$ 1,591 trilhão, o equivalente a 38,2% do Produto Interno Bruto (PIB). O serviço dessa dívida custa, na forma de juros, 5,9% do PIB, o que é muito elevado, afirmou o parlamentar.

Os números, afirmou o parlamentar, mostram que o governo federal está correto em procurar construir superávits primários, mas deve evitar fazer isso à custa dos investimentos.

— Mais certo seria acelerar a redução da taxa Selic, cujos custos, em termos de impactos fiscais para o Tesouro Nacional, superam, em muito, sua parca ou nenhuma influência nas taxas de juros direcionadas ou praticadas no mercado livre — argumentou o senador.

duzem graves o parlamentar



Genildo Magalhães/Senado Federal

Suplicy elogia postura de Dilma Rousseff em relação à crise econômica

Suplicy elogia postura de Dilma Rousseff sobre turbulência mundial

Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou discurso feito por Dilma Rousseff, na inauguração do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia no Rio de Janeiro, quando, ao se referir à crise econômica mundial, disse que a situação é uma oportunidade para o Brasil.

A presidente descartou uma postura austera do Brasil. Para ela, a solução não é a diminuição do consumo ou da produção. Ao contrário, afirmou que é preciso investir na qualidade do serviço público e garantir o investimento do setor privado e o consumo interno.

— No fundo, o que a presidenta Dilma quer dizer é que, enquanto a Europa e os Estados Unidos pretendem resolver seus problemas de crise tomando medidas de austeridade, em verdade isso poderá causar o aprofundamento da crise ao invés de resolvê-la — assinalou.

Guerra de portos



Genildo Magalhães/Senado Federal

produtos estrangeiros para revenda (*tradings*) ou a produtores nacionais que optem por importar bens de produção. O resultado, segundo Marta Suplicy, é o enfraquecimento da indústria nacional. Para diminuir os efeitos da guerra, o projeto prevê redução nas alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com mercadorias importadas. O índice poderá chegar a 2% em janeiro de 2015, de acordo com o relatório na CAE. Originalmente, a proposta era de alíquota zero nesse tipo de operação.

y pede o projeto

Originalmente, a proposta era de alíquota zero nesse tipo de operação.

Para votar a DRU, governo tenta negociar mais recursos para saúde

O GOVERNO VAI tentar negociar, até a próxima terça-feira, uma alternativa ao projeto que regulamenta a Emenda 29 e fixa os percentuais das receitas da União, dos estados e dos municípios a serem destinados à saúde. Com isso, pretende chegar a um acordo para votação da proposta de Emenda à Constituição (PEC 114/11), que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até dezembro de 2015 e que já foi aprovada na Câmara.

O anúncio foi feito ontem pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), após reunião de líderes. O governo tem pressa na votação da DRU, mecanismo que desvincula 20% das receitas de parte das contribuições econômicas e sociais, excetuadas as previdenciárias. Mas a oposição exige que o Plenário vote antes o substitutivo do PLS 121/07 — Complementar, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, determinando que a União deve aplicar anualmente, na saúde, o mínimo de 10% da receita corrente bruta.

— O governo descarta os 10%, mas a oposição e uma parte da base defendem o



Jane Araújo/Senado Federal

Jucá (2º à dir.) diz que, mesmo sem acordo com a oposição, governo "levará até as últimas consequências" a votação da DRU

percentual. Estamos tentando construir uma alternativa como forma de reforçar o orçamento da saúde. O senador Humberto Costa [PT/PE] é o relator e está discutindo no Ministério do Planejamento e no Ministério da Saúde, mas ainda não há uma posição.

Jucá ressaltou que, mesmo sem entendimento sobre a Emenda 29, o governo "levará até as últimas consequências" a votação da DRU.

— O calendário para a votação está apertado, mas temos prazo ainda e sempre há a possibilidade de uma convocação extraordinária — disse. Conforme informou, se não houver acordo com a oposição, a prorrogação da DRU deverá ser votada em dois turnos até 21 de dezembro.

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), disse que a oposição vai aguardar até a terça-feira, mas adiantou que,

se não houver acordo, fará uso de todos os expedientes regimentais para impedir que a DRU seja votada sem a decisão sobre a Emenda 29.

Calendário

A partir desta semana, e até o fim do ano legislativo, o Senado terá sessões deliberativas de segunda a sexta. O anúncio foi feito ontem pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que presidia a sessão.

Humberto Costa avisa que vai mudar projeto

O líder do bloco de apoio ao governo, Humberto Costa (PT-PE), informou que fará modificações no texto da Câmara ao projeto (PLS 121/07 — Complementar) que regulamenta a Emenda 29.

O senador avisou que pretende suprimir determinação que retira os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) da base de cálculo para o percentual mínimo destinado à área da saúde, e que procurará construir "um texto o mais próximo possível de um consenso".

— Todos nós queremos o mais rapidamente possível que essa regulamentação se dê, para que tudo aquilo que foi votado no Senado e na Câmara passe a vigorar já no ano que vem, o que implicará por si só o incremento de recursos para a área da saúde — disse.

Alvaro Dias: votar DRU só depois da Emenda 29

A oposição concorda em votar o novo Código Florestal (PLC 30/11), mas coloca como condição para discutir a Desvinculação de Receitas da União (DRU) a análise da regulamentação da Emenda 29 (PLS 121/07 — Complementar), afirmou ontem, em discurso, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Segundo ele, o substitutivo da Câmara ao projeto sobrecarrega estados e municípios, alivia a União e não atende a expectativa de mudança nos serviços de saúde pública. "O desejo é que prevaleça o texto original

do Senado, que obriga a destinação de 10% dos recursos da União, 12% dos estados e 15% dos municípios para o setor", explicou. Para ele, a regulamentação da Emenda 29 também precisa ser votada antes da proposta orçamentária para que sejam feitos ajustes no Orçamento de 2012. "Aprovar a DRU significa assinar cheque de R\$ 62 bilhões para o governo gastar da forma que melhor lhe aprouver. Queremos, antes disso, que se vote a Emenda 29 para fixar 10% da receita da União para a saúde pública no país", disse.



Luiz Alves/Senado Federal

Senador diz que o substitutivo sobrecarrega estados e municípios

Pinheiro: mudança decisiva no PPA e no Orçamento

Relator do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, Walter Pinheiro (PT-BA) anunciou mudanças que considera decisivas no PPA e na Lei Orçamentária Anual para os próximos anos.

Para atender aos "desejos administrativos dos mais de 5 mil municípios", uma das novidades anunciadas pelo senador é a que torna o PPA um plano com rubricas mais abrangentes, cujos programas decorrentes serão especificados apenas no Orçamento.

Relatórios setoriais devem ser examinados semana que vem

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcou uma série de reuniões para a próxima semana, quando deverão ser apresentados, publicados, distribuídos e votados os relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2012, que já deverão estar na comissão nesta sexta-feira. O relatório final da proposta orçamentária deverá estar pronto no dia 15 e ser votado na comissão no dia 19. O parecer da CMO vai ao exame do Plenário do Congresso Nacional até o dia 21.

Representantes de entidades que reúnem auditores fiscais, sindicatos e aposentados argumentam pela extinção do fator previdenciário e instituição da "desaposentadoria"

Fim do fator previdenciário unifica debate

A EXTINÇÃO DO fator previdenciário e a instituição da "desaposentadoria" foram apoiadas pelos participantes da audiência pública que discutiu o assunto na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Paulo Paim (PT-RS), que requereu o debate, considera que agora é necessária a mobilização da sociedade e de parlamentares para que as medidas sejam aprovadas no Legislativo.

O projeto que extingue o fator previdenciário (PLS 296/03), do próprio Paim, está pronto para ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados. Já o que propõe a desaposentadoria (PL 3.884/08), do deputado Cleber Verde (PRB-MA), tramita nas comissões da Câmara. A desaposentadoria, similar à reversão no serviço público,

assegura ao aposentado que voltar à atividade o direito de renunciar ao benefício previdenciário, contando o tempo de contribuição anterior para recalcular o valor de sua aposentadoria mais tarde.

Na avaliação do secretário de Políticas do Ministério da Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães, o fator previdenciário é "um índice perverso", que reduz o salário dos aposentados, em média, em 30%. Em alguns casos, a redução chega a 50%.

O presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Álvaro Sólton de França, destacou que a Previdência Social é fundamental para reduzir as desigualdades regionais e movimentar a economia, em especial a de pequenos



Segundo Paim (3º à esq.), sociedade e parlamentares precisam se mobilizar para aprovação do projeto no Congresso

municípios. No mesmo sentido, o secretário nacional de Finanças da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Lindolfo dos Santos Neto, disse que a valorização da economia interna passa pelo aumento da produção, do salário mínimo

e das aposentadorias.

Para Moacyr Roberto Tesch Auersvald, secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, o fator previdenciário prejudica especialmente quem começou a trabalhar muito cedo. Já o presidente da

Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, Warley Martins Gonçalves, anunciou que, se a negociação para aprovação das duas propostas não for bem-sucedida, os aposentados farão vigília no Parlamento.

Pimentel quer discutir benefício para portuários

Por sugestão de José Pimentel (PT-CE), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá criar grupo de trabalho para analisar a concessão de aposentadoria a trabalhadores portuários avulsos que tiveram os registros profissionais cancelados com o processo de modernização dos portos, na década de 1990, mas ainda não conseguiram receber a indenização prevista na Lei 8.630/93.

A proposta surgiu em meio a debate, ontem, sobre projeto (PLS 406/08) que retoma a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso (AITP). A recriação desse tributo já conta com parecer favorável do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO).

— Os ministérios da Fazenda, dos Portos, do Trabalho e da Previdência devem construir um processo que assegure o benefício de aposentadoria — disse Pimentel, recebendo apoio de Blairo Maggi (PR-MT) e Paulo Paim (PT-RS).



Delcídio do Amaral (2º à dir.) dirige audiência com representantes do setor portuário na Comissão de Assuntos Econômicos

Comissão estuda recriar tributo em portos

Extinta há mais de dez anos, a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso (AITP) poderá ser recriada. O projeto que o recria (PLS 406/08) foi debatido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e a maioria dos participantes se disse favorável à medida.

O AITP foi instituído em 1993, para cobrir as indenizações dos trabalhadores portuários avulsos que tiveram o registro profissional cancelado. O tributo, que durou

quatro anos, incidiu sobre as operações de embarque e desembarque de mercadorias.

O impasse surgiu quando a cobrança do AITP cessou, e os recursos arrecadados se mostraram insuficientes para cobrir as indenizações. Em 2005, os 9 mil pedidos de indenização demandariam R\$ 334 milhões. No entanto, havia R\$ 4,1 milhões para isso.

— Temos que lembrar dos trabalhadores que foram enganados e estão desamparados, sem ter nem sequer

uma aposentadoria — alertou o sócio-gerente da Stella Maris Operações Portuárias, Jader Brandes Neves.

A recriação também foi defendida pelo secretário executivo da Secretaria Especial de Portos, Mário Lima Júnior, e pelo presidente da Federação Nacional dos Portuários, Eduardo Guterra. De acordo com Lima Júnior, a medida é importante para fazer justiça aos trabalhadores que foram desligados em 1993 e em 1994 e ainda não foram indenizados.

Voto de pesar pela morte de dirigente do MST

Ana Rita (PT-ES) solicitou voto de pesar pelo falecimento de Egídio Brunetto, integrante da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele sofreu um acidente a caminho do assentamento Itamaraty, em Ponta Porã (MS), na fronteira com o Paraguai.

De acordo com a senadora, como fundador da Via Campesina Internacional, Egídio empunhou a bandeira do internacionalismo e da solidariedade às lutas dos povos, sendo responsável pela relação do MST com organizações camponesas.



Dirigente fundou a Via Campesina Internacional, informou Ana Rita

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes* de secretário:

João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Vanessa Grazziotin • Eduardo Suplicy • José Sarney • Inácio Arruda • Paulo Paim • Eduardo Amorim

* Vago em razão da saída de Gilvam Borges

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvío Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Mário Couto: Dilma mantém Lupi por medo



Mário Couto (PSDB-PA) afirmou ontem que Carlos Lupi continua como ministro do

Trabalho devido ao temor, pela presidente Dilma, de represálias do PDT. Na opinião do senador, as últimas denúncias publicadas pela revista *Veja*, de cobrança de R\$ 1 milhão para registro de sindicato, se somariam a outras das últimas semanas e seriam mais do que suficientes para demissão.

Couto disse que a presidente Dilma Rousseff deve esclarecimento ao país e que a demora na tomada de decisão contribui para o clima de corrupção.

— A presidente Dilma, em casos anteriores, tomou a decisão de afastar os ministros — comparou.

O senador disse que a situação da educação, da saúde e da segurança pública no país vai “de mal a pior” justamente porque os recursos que deveriam ser destinados a essas áreas continuam sendo desviados.

TSE contraria expectativa de Mozarildo



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem confiar que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmaria a cassação do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, acusado de, em 2010, usar a rádio do governo local para fazer propaganda negativa contra o segundo colocado na disputa, Neudo Campos (PP). Contrariando a expectativa de Mozarildo, porém, o TSE arquivou o processo de cassação ontem à noite, por 6 votos a 1.

Segundo Mozarildo, o governo de Anchieta Júnior vem cometendo irregularidades desde o primeiro mandato. O senador afirma já ter sofrido até ameaças de morte por denunciar irregularidades. Ele registrou que a Associação dos Magistrados de Roraima divulgou nota oficial repudiando as acusações de que o TRE de Roraima teria sido parcial ao decretar a cassação de Anchieta Júnior por irregularidades na eleição.

CAE avalia que bancos e cooperativas de crédito rural podem tornar mais democrática a distribuição do dinheiro do fundo

Cooperativa de crédito rural pode ganhar acesso a recursos do FAT

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em turno suplementar, o substitutivo que garante acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) aos bancos cooperativos e às cooperativas de crédito, além de instituições financeiras estaduais e agências de desenvolvimento oficiais. O dinheiro poderá ser utilizado para empréstimos ao setor rural e às micro e pequenas empresas.

O turno suplementar, que é uma segunda votação, é exigido quando se trata de substitutivo a proposta já examinada em decisão terminativa. O texto foi apresentado por Casildo Maldaner (PMDB-SC) no exame de projeto (PLS 40/11) de Ana Amélia (PP-RS).

A primeira votação aconteceu na semana passada. Agora, a matéria segue para exame dos deputados.

A avaliação dos integrantes da CAE é de que, por meio de rede mais ampla de operadores dos recursos do FAT, haverá maior acesso e democratização do crédito. No caso dos bancos cooperativos, Casildo destacou ainda que essas entidades, que operam na ponta do crédito, por meio das cooperativas afiliadas, conhecem “detalhadamente sua carteira de clientes”.

O texto original previa apenas os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito como aplicadores dos recursos do FAT. Antes, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já

havia sido aprovada a inclusão dos bancos estaduais e das agências de desenvolvimento oficiais entre as instituições autorizadas a atuar com o FAT no crédito rural. Essas operações hoje são concentradas no Banco do Brasil e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O texto de Casildo adotou maior abrangência, passando a autorizar empréstimos também às micro e pequenas empresas. Além disso, em resposta às críticas de que os recursos do FAT precisam ser protegidos, o relator sugeriu que as entidades agora autorizadas ofereçam garantias por meio de títulos federais ou outra a ser definida pelo órgão gestor do fundo.

Ana Amélia aponta benefício a produtor rural

A possibilidade de integrar os bancos cooperativos às instituições operadoras dos recursos do FAT, aprovada pela CAE, foi assinalada por Ana Amélia (PP-RS) como forma de ampliar o acesso dos produtores rurais ao crédito. A grande capilaridade dos bancos cooperativos poderá levar o crédito a locais não atendidos pelos bancos convencionais, disse.

Para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), as cooperativas de crédito atuam sozinhas em 420 municípios com população média de 5 mil habitantes.

Ana Amélia agradeceu ao relator, Casildo Maldaner, o empenho pela aprovação, e à então senadora Marisa Serrano, o trabalho como relatora na CAS.

Já Waldemir Moka (PMDB-MS) — presidente da Frente Parlamentar Mista do Cooperativismo — assinalou a importância da proposta.



Aloysio Nunes (D) debate projeto de Ana Amélia com o relator, Casildo Maldaner

Proposição que cria ZPE em Rondonópolis vai à Câmara

O Poder Executivo foi autorizado a criar zona de processamento de exportação (ZPE) no município de Rondonópolis (MT), conforme projeto (PLS 353/09) do senador Jayme Campos (DEM-MT) aprovado ontem em decisão terminativa da CAE. O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), recomendou a aprovação e o projeto segue para o exame da Câmara.

Jayme Campos informa que o município tem quase 180 mil habitantes, fica a 200 quilômetros de Cuiabá, tendo a sua base econômica no

agronegócio e na indústria. A criação da ZPE, na avaliação do senador, vai contribuir para desenvolver e modernizar o parque industrial local, gerando renda e empregos.

A CAE também aprovou proposta de nova audiência sobre o acidente que resultou no vazamento de petróleo na Bacia de Campos. A proposta, de Ana Amélia (PP-RS), sugere a presença, entre outros, do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, e do presidente da Chevron, George Buck.

Cai projeto que tira imposto do cálculo de comissões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) derrubou ontem o projeto que tira o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo das comissões pagas aos representantes comerciais autônomos. A votação, em decisão terminativa, teve 12 votos contra e 2 a favor da proposta (PLS 60/11).

O autor da proposta, João Vicente Claudino (PTB-PI), argumentou que o IPI não faz parte do preço das mercadorias, “tanto que sua cobrança é destacada na nota fiscal”. Para

ele, é uma incorreção pagar comissões também sobre o tributo, já que essa parcela é transferida para os cofres públicos. No final do ano passado, ao examinar ação que tratava da inclusão ou não do IPI no cálculo das comissões, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o imposto faz parte do valor total das mercadorias. Segundo o STJ, o valor total é aquele pago pelo comprador, mesmo que inclua impostos.

A matéria será arquivada, a não ser que tenha sucesso recurso para que vá a Plenário.

Proposta institui selo para empresas responsáveis



Benedito de Lira preside reunião que aprovou iniciativa de Lúcia Vânia

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem substitutivo de Ana Amélia (PP-RS) aos projetos de lei do Senado (PLSs) 224/07 e 366/08. O primeiro, de autoria de Lúcia Vânia (PSDB-GO), institui o balanço social empresarial e cria o selo Empresa Responsável no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O selo será concedido pelo ministério a empresas que publicarem

balanço com síntese dos benefícios sociais oferecidos por elas. Já o PLS 366/08, do então senador Expedito Júnior, inclui a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.

A proposta passará ainda pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

onde tem decisão terminativa.

José Pimentel (PT-CE) afirmou que o Ministério do Planejamento é favorável ao texto, mas o do Desenvolvimento Social pretende estudá-lo mais. Ele propôs a aprovação do substitutivo na CDR, podendo a área social se manifestar durante a votação pelas outras comissões. A reunião foi conduzida pelo presidente da comissão, Benedito de Lira (PP-AL), e pelo vice, Eduardo Amorim (PSC-SE).

Vai ao exame da Câmara dos Deputados projeto que prevê a destinação de 2,5% da arrecadação de todas as loterias da Caixa para compor o Fundo Especial para Calamidades Públicas, o Funcap

Loterias podem abastecer fundo para calamidades

PERCENTUAL DE 2,5% da arrecadação de todas as loterias administradas pela Caixa pode passar a ser usado em despesas para fazer frente a calamidades, por meio do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap). É o que prevê texto de Benedito de Lira (PP-AL) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, e que segue para a Câmara. O texto surgiu da discussão de dois projetos que sugeriam a realização de sorteio especial da Mega-Sena com a finalidade de gerar recursos para atender a vítimas das enchentes ocorridas em

Alagoas e Pernambuco no ano passado. O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), havia sugerido a rejeição.

O PLS 189/10, do então senador João Tenório, reservava 47,37% da arrecadação de sorteio especial para que o governo de Alagoas aplicasse em ações emergenciais e de reconstrução. O PLS 203/10, de Cícero Lucena (PSDB-PB), propunha atender aos dois estados, cada um com 23,68% da arrecadação de um sorteio.

Reestruturado em 2010, o Funcap é abastecido com recursos na base de três cotas para a União para cada cota de estado ou município. No

caso de desastres, estados e municípios podem sacar até o limite de suas cotas, além da parte integralizada pela União. Benedito de Lira revelou dúvidas sobre a capacidade operacional do fundo, observando que as dificuldades de estados e municípios os impedirão de integralizar suas cotas, daí a necessidade de injetar no Funcap os recursos da loteria. O apoio à proposta foi unânime.

A arrecadação da Caixa com loterias, em 2010, foi da ordem de R\$ 8 bilhões. Se vigorasse a regra aprovada ontem, desse total, o fundo receberia cerca de R\$ 200 milhões.



Apostadores fazem fila para jogar na Mega-Sena: arrecadação da Caixa em 2010 foi de cerca de R\$ 8 bilhões

Timemania para o futebol do interior

Os pequenos clubes de futebol do interior poderão ser beneficiados por recursos da Timemania, uma das loterias da Caixa. Esse é o objetivo de projeto de lei do Senado de Anibal Diniz (PT-AC) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta (PLS 275/11) segue agora para decisão terminativa na Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE). A relatora, Ângela Portela (PT-RR), apresentou em seu voto favorável emenda para estabelecer que a divisão dos recursos alcance maior número de clubes. Ela ressaltou que, desde a criação da Timemania, em 2006, os beneficiados têm sido os mesmos 80 times.

Segundo Anibal, o projeto “tira dos que têm muitos re-

ursos e dá aos pequenos clubes, que têm um papel social fundamental”. Ele recordou que a chamada elite do futebol brasileiro já tem acesso a grandes arrecadações com jogos e transmissões de TV.

Ao apoiar a iniciativa, Roberto Requião (PMDB-PR) classificou o projeto de “estatuto do pequeno clube de futebol”.



Requião (E), Raupp e Bauer conversam em reunião da Comissão de Educação

Projeto amplia acervo de bibliotecas estaduais

Hoje destinados apenas à Biblioteca Nacional, no Rio, novos livros e publicações deverão ser distribuídos também à Biblioteca Nacional de Brasília, às bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal e às instituições equivalentes dos países de língua portuguesa.

É o que determina o projeto (PLS 198/10) de autoria de José Sarney (PMDB-AP) que foi aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta ainda precisa passar por turno suplementar na mesma comissão.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), segundo o qual fica assegurado o depósito legal de pelo menos um exemplar das novas publicações em cada uma das bibliotecas determinadas pela proposta.

Na justificativa de seu projeto, Sarney observa que a concentração das principais redes de livrarias nos grandes centros urbanos do país tem desestimulado a distribuição de publicações em cidades de menor porte ou mais distantes. Com isso, “forma-se um círculo vicioso em que a concentração das oportunidades de acesso à

cultura acompanha a concentração de renda e riqueza que, infelizmente, ainda marca nosso país”.

Patentes

Também foi aprovado em decisão terminativa o PLS 308/06, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que modifica a Lei de Propriedade Industrial para proibir registro de reprodução ou imitação capaz de causar confusão ou associação com marca alheia.

Em seu voto favorável, o relator do projeto, Cyro Miranda (PSDB-GO), elogiou a iniciativa por explicitar na lei a hipótese de “uso da marca, pelo infrator, com o intuito de denegrir a imagem corporativa do titular da marca”, capaz de causar dano moral ao titular da marca.

Foi igualmente aprovado em decisão terminativa o PLS 229/09, cuja relatora foi Ângela Portela (PT-RR). O projeto se destina a instituir a Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina. Segundo emenda da relatora, a semana terá como objetivos aumentar o conhecimento da população sobre o tema e promover ações de prevenção e diagnóstico precoce.

Agripino elogia Dilma por obra de aeroporto



José Agripino

José Agripino (DEM-RN) afirmou ontem que o Brasil deu um passo à frente com a realização da obra do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), cujo contrato de concessão foi assinado pela presidente Dilma Rousseff na segunda-feira. Ele elogiou a presidente que, em sua opinião, tomou a decisão certa ao lançar mão da eficiência do capital privado para tocar obras nas quais o Estado encontra dificuldade.

Davim destaca visita da presidente ao RN



Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) registrou a visita da presidente Dilma Rousseff ao município potiguar de São Gonçalo do Amarante para assinar a concessão que permitirá a construção do novo aeroporto no estado. O consórcio Inframérica é o responsável pela obra, classificada por Davim como contribuição inestimável do governo federal, desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, ao Rio Grande do Norte e ao Nordeste.

Delcídio cobra da Vale investimentos em MS



Delcídio do Amaral

Delcídio do Amaral (PT-MS) cobrou investimentos da Vale, em Mato Grosso do Sul, tendo em vista que até agora os empreendimentos anunciados pela companhia para a região jamais foram cumpridos.

O senador disse ainda não saber se a Vale tem interesse em manter o direito de explorar o minério da região ou eventualmente evitar que outro investidor participe do processo e gere riqueza local.

Marinor: PSOL realiza seu terceiro congresso



Marinor Brito

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) realiza seu 3º Congresso Nacional no final de semana, em São Paulo, salientou Marinor Brito (PA). Há seis anos, disse, o partido nasceu da rebeldia e da indignação dos que viram o projeto de mudanças ser abandonado pelo PT.

— Iremos ao congresso com a certeza de que, mais do que nunca, o Brasil precisa de uma alternativa socialista, democrática e popular.